



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009586-39.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Cecília Maria da Silva e outros**
 Executado: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de “liquidação de sentença por arbitramento e posterior cumprimento de sentença” ajuizada por **KATIA FERNANDA MACHADO BIANCHINI, RITA OLEANA ROCHA, ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE VALVERDE, EDMILSON VALVERDE, ESPOLIO DE JOSÉ CARLOS GOBATO** representado pelos herdeiros **LEONARDO GOBATO e LUCIANA GOBATO PEDROSA, ANA MARIA BUCK, ANA PAULA ROCHA, CARLOS EDUARDO FRIGO TROMBELLA, CECÍLIA MARIA DA SILVA e EDEMILSON MARCASSO** em face da **TELEFÔNICA BRASIL S/A**.

Segundo a petição inicial os autores adquiriram linhas telefônicas da TELES P S/A, sucedida pela TELEFÔNICA BRASIL S /A.

A requerida, visando a expansão de seu sistema de telefonia, passou a comercializar terminais telefônicos por meio do sistema “participação acionária”, onde o adquirente era obrigado a integralizar determinado valor junto à empresa.

Ocorre que a requerida embutiu no contrato de adesão cláusula que permitia subscrever as ações em momento posterior à integralização e com base no “valor médio especulativo de capitais. Dessa forma, a parte foi financeiramente prejudicada.

A ação civil pública 0632533-62.1997.8.26.0100, que tramitou pela 15ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo (SP), foi julgada procedente para declarar nula a cláusula que permitia tal prática, condenando a ré a emitir novas ações; Dessa forma, pleiteiam os benefícios da justiça gratuita, ou o diferimento das custas ao final do processo, a exibição de documentos incidental e condenação da requerida à pagar as diferenças e honorários.

Deferido o diferimento das custas processuais (fl. 340) e determinação para que a parte autora emendasse a inicial.

Adveio sentença, às fls. 344/345, indeferindo a Inicial, diante do descumprimento

1009586-39.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da decisão proferida.

Por decisão do E. Tribunal de Justiça (fls. 349/354) foi determinado o prosseguimento do feito, com a inversão do ônus probatório.

Citada (fl. 360) a requerida apresentou resposta (fls. 361/384). Aduz que o meio eleito não se presta ao fim almejado e, quanto ao mérito, busca a improcedência. Juntou documentos às fls. 385/448.

Não houve réplica.

É o relatório.

Decido.

De início cumpre anotar que a via eleita pela parte autora era necessária para o que busca, não se podendo falar em falta dos requisitos para a ação.

Foi alterado o ônus probatório pela segunda instância, carreando à requerida a responsabilidade pela apresentação de documentos acerca da sustentada contratação informada pela parte autora. Diante disso, vieram os documentos de fls. 408/432.

A sentença proferida na ação civil pública declarou a nulidade de cláusula de contratação de adesão e determinou a devolução de valores havidos irregularmente pela requerida. Cabendo a esta a apresentação dos documentos relativos à contratação, não se pode conceber, simplesmente, que eles não se prestam a nada, pelo contrário, devem ser tidos por verídicos até prova em contrário, em especial pelo fato de que, em casos semelhantes, diversos litigantes obtém ganho de causa por conta de documentos semelhantes. Assim, os documentos devem ser tidos por válidos e corretos, até mesmo porque não restaram impugnados.

Em assim sendo, o que se verifica das folhas 408/432 é que as contratações dos autores não diziam respeito a plano de expansão e, portanto, não se enquadram nos limites objetivos do decidido na ACP, que como incontroverso, se refere aos contratos firmados entre **25/08/1996** e **30/06/1997**, na modalidade PEX, e sob a vigência da Portaria 1.028/96.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação, com fundamento no artigo 487, I, do NCPC.

Ante a sucumbência, fica a parte autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo (visto que foi diferido o recolhimento) e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo"

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

P.I.

São Carlos, 11 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**